

A melhor defesa

Rogério L. Furquim Werneck*

Chocados com a mediocridade do Ministério nomeado pela presidente Dilma, analistas políticos vêm tentando discernir a lógica que teria presidido escalação tão peculiar. As racionalizações mais convincentes são as que vinculam a escolha dos ministros à preocupação do Planalto com os desdobramentos do escândalo da Petrobrás.

O Ministério teria sido cuidadosamente escolhido de forma a assegurar apoio parlamentar adequado para impedir que as ondas de choque do petróleo atinjam o Presidência. A ideia seria construir uma bancada governista suficientemente sólida para inviabilizar a instalação de uma nova CPI da Petrobrás e, se necessário, sustar qualquer tentativa de instauração de um processo de impeachment.

Tal esquema de segurança parlamentar, concebido pela Casa Civil, teria inclusive contemplado alguma redundância nos recursos políticos mobilizáveis. Desconfiado da extensão do apoio com que poderá contar no PMDB, o governo mostrou-se especialmente generoso com os demais partidos da base governista, na tentativa de se tornar menos dependente do seu maior aliado. Houve também um reposicionamento em relação ao próprio PT. Foram privilegiadas facções mais à esquerda do partido, que o Planalto reputa mais confiáveis e menos vulneráveis aos desdobramentos do petróleo.

Como bem notou Rosângela Bittar (*Valor*, 7/1), na montagem desse esquema de segurança parlamentar, os ministros teriam sido escalados tendo em conta não só sua filiação partidária, mas também, e especialmente, sua inserção nas grandes bancadas de interesses especiais que perpassam os vários partidos.

É isso que explicaria, por exemplo, a surpreendente escalação, a pouco mais de um ano do início da Olimpíada, de um ministro do Esporte que se permitiu declarar que nada entendia do ramo. Sua nomeação se deveria menos a seu partido, o PRB, do que a sua vinculação à bancada evangélica. Da mesma forma, a ministra Kátia Abreu, a cuja posse o PMDB não compareceu, teria sido escolhida por sua proeminência na bancada ruralista. E assim por diante.

Seja como for, parece mais do que claro que, com raras exceções – entre as quais merece destaque o ministro da Fazenda –, a escolha dos novos ministros passou longe da ideia de uma equipe de qualidade, capaz de assegurar um bom governo. Por

enquanto, pelo menos, a preocupação maior do Planalto é se armar para a batalha política que deverá advir dos desdobramentos do petrolão.

O problema é que a manutenção dessa mobilização, com adiamento do bom governo, não será sem custos. Adiar o bom governo, num quadro em que a correção de rumo da política econômica já deverá implicar imposição de um período relativamente longo de sacrifícios à população, não parece ser uma decisão sábia.

É exatamente quando os recursos se tornam mais escassos que ministros competentes podem fazer mais diferença. Frentes desnecessárias de desgaste, decorrentes de mero desempenho deficiente de ministros mal escolhidos, exigirão do governo convicção redobrada para manter o rumo da política econômica até que seus frutos possam ser colhidos.

O pior é que o Planalto nem mesmo sabe por quanto tempo terá de manter essa custosa mobilização defensiva de recursos políticos. É bem verdade que fevereiro será um mês crucial. Haverá eleições para as mesas das duas Casas do Congresso. E o governo ainda nutre um fio de esperança de impedir que a presidência da Câmara permaneça com o PMDB. Logo em seguida, a tão aguardada lista de políticos envolvidos no escândalo da Petrobrás deverá ser afinal divulgada.

Mas a batalha do petrolão estará só começando. O Planalto poderá continuar a ser assombrado pela ameaça de impeachment por boa parte do segundo mandato. E, a depender do que acabar aflorando, o aparatoso baluarte político concebido pela Casa Civil pode afinal ruir como um castelo de cartas.

Um bom governo, tripulado por ministros de primeira linha, era a melhor defesa contra o impeachment com que a presidente Dilma poderia ter contado.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.